

Barros Miranda*

A Doutrina Monroe à moda Trump

Desde 1823, a América carrega um lema forte e simbólico, capitaneado pelos Estados Unidos: "América para os americanos". Embora, à primeira vista, a frase pareça defender a soberania dos povos do continente, na prática ela sempre funcionou como um instrumento de afirmação da hegemonia norte-americana sobre seus vizinhos. A chamada Doutrina Monroe nasceu em um contexto de disputas imperiais e serviu, inicialmente, como um recado direto às potências europeias para que não interferissem nos assuntos do continente americano, sob a promessa de reciprocidade por parte dos Estados Unidos. Contudo, ao longo do tempo, essa doutrina foi reinterpretada e utilizada como justificativa para intervenções políticas, econômicas e militares na América Latina.

Não por acaso, diversas nações latino-americanas conquistaram sua independência ao longo do século XIX sob a sombra desse princípio, frequentemente com rápido reconhecimento norte-americano. A doutrina, no entanto, nunca foi estática. Ela ressurgiu em diferentes momentos da história para reafirmar o poder dos Estados Unidos no continente, quase sempre em contextos de instabilidade política ou de interesses estratégicos. No cenário atual, tudo indica que um presidente norte-americano busca criar sua própria versão da Doutrina Monroe, tendo James Monroe como inspiração, mas adaptando-a a um estilo muito mais agressivo e personalista.

A escalada militar de Donald Trump na Venezuela, com o objetivo de capturar Nicolás Maduro e levá-lo aos Estados Unidos para ser julgado por tráfico internacional de drogas, está longe de ser um ato puramente humanitário. Por trás dessa ação, existem interesses políticos, econômicos e estratégicos bastante claros. O discurso de libertação do povo venezuelano de um regime autoritário soa conveniente, mas não corresponde ao verdadeiro objetivo da operação: recuperar a influência e a soberania sobre a exploração do petróleo venezuelano, um recurso vital para a economia e a geopolítica global.

A Venezuela possui uma das maiores reservas de petróleo do mundo e é o principal representante da Opep no continente americano. Desde o segundo governo de Hugo Chávez, o país passou por um intenso processo de estatização do setor energético, o que reduziu significativamente a participação de empresas estrangeiras, especialmente norte-americanas. Apesar disso, Chávez ainda mantinha algum nível de diálogo com a comunidade internacional. Com Nicolás Maduro, essa ponte foi praticamente destruída. Seu governo ultrapassou limites democráticos básicos, consolidando um modelo político cada vez mais autoritário, o que se reflete na crise humanitária e no fluxo migratório para países vizinhos, como o Brasil. As últimas eleições, contestadas por diversos países, reforçaram a desconfiança internacional quanto à legitimidade de seu governo.

Presidentes norte-americanos anteriores, como Bush, Obama e Biden, optaram por condenações diplomáticas e sanções econômicas, respeitando formalmente o princípio da soberania territorial. Trump, por sua vez, foi além. Esticou os limites da Doutrina Monroe e partiu para uma intervenção direta, buscando

seu "troféu político": a captura de Maduro. O futuro da Venezuela, nesse contexto, é incerto, mas as primeiras declarações do presidente norte-americano indicam uma possível repetição do modelo imposto a Cuba no início do século XX.

No século XIX, após a independência de várias colônias espanholas e portuguesas, os Estados Unidos rapidamente reconheceram esses novos países, consolidando sua influência regional. Cuba foi um dos últimos casos e também um dos mais emblemáticos. A Emenda Platt, criada pelo senador Orville H. Platt, permitia a intervenção norte-americana na ilha sob o pretexto de preservar sua independência, além de controlar sua economia, limitar dívidas e garantir territórios para bases militares. Na prática, Cuba tornou-se um protetorado informal dos Estados Unidos por décadas. As semelhanças com o atual cenário venezuelano não passam despercebidas, sobretudo diante da declaração de Trump de que pretende liderar, direta ou indiretamente, um governo provisório no país.

A repercussão internacional dessa medida é inevitável. Caso Trump, ou um governo alinhado a ele, assuma o controle político da Venezuela, há quem defenda que o país possa caminhar novamente para um regime mais democrático. No entanto, esse processo não ocorrerá sem resistência. China e Rússia, aliados estratégicos de Maduro, observam atentamente cada movimento. Ambas possuem interesses econômicos e geopolíticos na região e dificilmente aceitarão uma reconfiguração do poder venezuelano sem participar das negociações. O diálogo com Trump pode se tornar inevitável, ainda que envolto em tensões relacionadas a outros conflitos globais.

Como empresário, Donald Trump age com lógica de negociação agressiva: intimida, impõe força e, depois, senta-se à mesa para negociar vantagens. Resta saber quando e como esse diálogo ocorrerá. Até lá, Maduro permanece em território norte-americano, a Venezuela segue sob comando interino e parte da população celebra o fim de um governo autoritário, ainda que cercada de incertezas.

No continente, diversos países já se manifestaram contra a intervenção, criticando o desrespeito à soberania territorial. Retirar um presidente à força, dessa maneira, rompe princípios básicos do direito internacional. Ainda assim, para Trump, o que está em jogo é a afirmação do poder norte-americano. Alguns líderes internacionais elogiam sua coragem, mas poucos defendem a legitimidade da ação. As críticas de figuras como Marine Le Pen, Emmanuel Macron e até do Papaado Leão XIV evidenciam o desconforto global diante do episódio.

No fim, Trump apenas reinterpreta a Doutrina Monroe à sua maneira, aplicando seu próprio modus operandi. Para ele, não importa se a ação é certa ou errada, mas se o plano funciona. Resta saber se seus eleitores aprovarão essa postura. Seu slogan de campanha prometia "fazer a América grande novamente", mas o foco excessivo em problemas externos pode custar caro politicamente, abrindo espaço para a perda de apoio no Congresso e dificultando a implementação de sua agenda interna.

*Historiador e Jornalista

EDITORIAL

Dados que refutam mitos e preconceitos

O dado revelado pelo estudo do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da PUCPR, com base no Censo Demográfico de 2022, deveria provocar mais do que surpresa: deveria gerar reflexão coletiva. Saber que cerca de 0,86% das pessoas com 60 anos ou mais no Brasil, aproximadamente 306 mil idosos, se autodeclararam no espectro autista desmonta, de uma vez por todas, a ideia equivocada de que o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um fenômeno recente ou uma "moda" dos tempos atuais.

O autismo sempre existiu. O que mudou foi a ciência, que refinou seus critérios diagnósticos, e a sociedade, que passou a falar mais, ainda que de forma insuficiente, sobre o tema. Quando um levantamento aponta que homens idosos apresentam uma taxa ligeiramente maior de TEA (0,94%) em comparação às mulheres (0,81%), ele não apenas quantifica uma realidade invisibilizada, mas expõe décadas de silenciamento, desconhecimento e preconceito.

A sociedade ainda insiste em encaixar comportamentos humanos em padrões rígidos. Quem foge à norma costuma ser rotulado como "difícil", "antisocial", "excêntrico" ou "problemático". No caso dos idosos autistas, essa violência simbólica é dupla:

Diante desse cenário, os números não devem ser vistos apenas como estatísticas frias, mas como um chamado à empatia. Reconhecer que existem idosos autistas é reconhecer que a diversidade humana atravessa todas as fases da vida. É entender que comportamentos diferentes não são falhas morais, falta de educação ou "teimosia da idade", mas expressões legítimas de uma forma distinta de perceber e interagir com o mundo.

Opinião do leitor

Blindagem

O relator da CPMI do INSS quer ouvir o filho do Presidente Lula, atualmente morando na Espanha, mas está sofrendo pressões, para que não o faça. Reza a Constituição Federal de 88, ainda vigente, que todos são iguais perante as normas jurídicas, preceitos e prescrições.

*Luiz Felipe Schittini
Rio de Janeiro - Rio de Janeiro*

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Nilmor Moniz Sodré Bittencourt (1963-1968)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@correiodamanha.com.br

Redação: Gabriela Gallo, Iye Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

Projeto Gráfico e Arte: José Addison Nunes (Coordenação), Anderson Sá e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

WhatsApp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520

Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes

Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Águia Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200

Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.